



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 10 de junho de 2013

A CRITICA sim & não OPINIÃO	1
A CRITICA Comércio de todo o País terá de informar tributos na NF ECONOMIA	2
A CRITICA Manaus, centro da riqueza ECONOMIA	3
DIÁRIO DO AMAZONAS Comércio tem que informar tributos em nota a partir de hoje ECONOMIA	4
DIÁRIO DO AMAZONAS AVISO DE LICITAÇÃO ECONOMIA	5

sim & não

Eron acusa deputado da base aliada

Num documento de sete páginas que enviará hoje à Assembleia Legislativa do Estado (ALE-AM), o ex-deputado e atual secretário de Estado da Produção Rural (Sepror), Eron Bezerra, acusa o deputado Orlando Cidade (PTN) de quebra de decoro e pede que a Casa tome providências cabíveis. O objeto da denúncia formal é uma entrevista concedida por Orlando na semana passada para A CRÍTICA, em que chama a Sepror de inoperante e diz que o "Estado não produz nada".

Calúnia No documento, Eron diz: "Um parlamentar incorre em quebra de decoro quando emite opiniões falsas e/ou caluniosas como as feitas pelo deputado Orlando Cidade, acerca do setor rural do AM".

Aliados O fogo entre Eron e Cidade poderia passar sem chamar atenção se não houvesse um detalhe intrigante na polêmica. Orlando Cidade faz parte da base aliada do Governo Omar Aziz (PSD).

Nas internas No Governo Omar, Orlando versus Eron não são o único confronto interno. A movimentação das últimas semanas da deputada Rebecca Garcia (PP), titular da Segov, deixa claro que ela está em rota de colisão com o vice-governador José Melo (PMDB).

Apoiado Do deputado Marcelo Ramos (PSB) sobre a chapa Rebecca Garcia, governadora; Francisco Praciano (PT), senador: "Gostei dessa chapa. Lutaria para o PSB caminhar com ela". A coligação PP-PT é definida pelo petista.

Da assessoria Líder do Movimento, corrente interna que não participou na sexta-feira da reunião de cardeais do PT, o deputado Sinésio Campos mostrou um torpedão para explicar a ausência. Sem assinatura, alguém o convida para o encontro. Ele pergunta quem é. O interlocutor apenas diz: "Da assessoria do Praciano".

Efeito Quem também se animou com a formação PP-PT foi o deputado Luiz Castro (PPS). Ele acha que a possível

candidatura de Praciano ao Senado abre caminho para pensar em disputar vaga à Câmara Federal.

Mais um Se Castro sair candidato a deputado federal, não deverá ser o único da ALE-AM. Entre os aliados do senador Eduardo Braga, Marcos Rotta (PMDB) já é tratado como pré-candidato a deputado federal.

"Meu líder" Convidado pelo senador Eduardo Braga (PMDB) para falar sobre a construção de portos no AM, em seu programa de rádio, o senador Alfredo Nascimento (PR) rasgou tanta seda para o colega que até o chamou de "meu líder".

Sobe e desce O crescimento da produção de

computadores de mesa no PIM, em 95%, ganhou destaque ontem no noticiário nacional, que também informou que a produção de duas rodas continua muito aquém de 2008.

Comparação A "Folha de S. Paulo" diz que, no último quadrimestre do ano, 397 mil motocicletas saíram da ZFM, o que representa uma queda de 23% na comparação com o mesmo período do ano passado.

Lentidão Informação publicada ontem pela coluna mostra o quão lenta é a Justiça. A decisão que deveria brejar a construção do escandaloso edifício garagem da ALE-AM, ainda na fase licitatória, em janeiro de 2012, só foi proferida depois do prédio inaugurado este ano.

PINGA FOGO

X Sem controle de nin-guém, câmaras municipais do interior fazem o que bem entendem. A de Marabá, por exemplo, em menos de 40 dias, deixou de realizar cinco sessões. O problema é que os vereadores locais só se reúnem uma vez por semana.

X A Aneel informou na sexta-feira que negou recurso interposto pela AM Energia e manteve multa de R\$ 10,4 milhões à empresa em decorrência de falhas no fornecimento de energia elétrica em Manaus. Não há mais chance de recurso.

X A Aneel diz também que a AM Energia não apresentou cálculos de perdas técnicas de potência e de energia e não enviou de plano de manutenção de linhas de transmissão de energia.

Comércio de todo o País terá de informar tributos na NF

A Lei 12.741 começa a vigorar hoje para todos estabelecimentos comerciais

BRASÍLIA (ABR) - A partir de hoje, os estabelecimentos comerciais de todo o país são obrigados a discriminar na nota fiscal ou em local visível os impostos embutidos no preço dos produtos e serviços. De acordo com a Lei 12.741, quando fizer uma compra, o consumidor tem de ser informado sobre o valor aproximado do total dos tributos federais, estaduais e municipais, cuja incidência influi na formação dos respectivos preços de venda.

Embora a lei estabeleça para esta segunda-feira a data em que a exigência entra em vigor, muitos empresários alegam que falta ainda a regulamentação da lei e dizem que, por isso, não sabem como adequar seus sistemas informatizados às novas regras.

O presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, Roque Pellizzaro Junior, foi enfático ao dizer que o setor que representa não está preparando para as mudanças. "O Ministério da Justiça tem de regulamentar a lei. Só a partir da regulamentação teremos a noção correta de como as empresas se prepararão para discriminar corretamente os impostos nas notas", disse Pellizzaro à Agência Brasil.

Segundo ele, as companhias de pequeno porte terão muita dificuldade porque as empresas que fornecem os programas de computador para elas não sabem ainda como adequar os sistemas. Pellizzaro também acredita que as entidades de defesa do consumidor não atuarão as

empresas antes da regulamentação. Para ele, depois de publicada a regulamentação da lei, é possível que seja dado um prazo para que as empresas ajustem os sistemas informatizados.

Até a última sexta-feira (7), o Procon do Distrito Federal manifestava disposição de cumprir a lei. Ao ser consultado, um dos supervisores, que preferiu não se identificar, informou que a orientação era cumprir a lei, já que as empresas tiveram, desde dezembro, data da publicação da lei, prazo suficiente para se adequar.

À Agência Brasil, o Ministério da Justiça não informou quando a regulamentação será publicada, mas o presidente da CNDL acredita que isso ocorra nesta semana.

Manaus, segunda-feira, 10 de junho de 2013.

Manaus, centro da riqueza

> Manaus, que tem um vigoroso polo industrial, concentra 81,3% da produção de toda a riqueza do Amazonas;

> A riqueza de todos os municípios do Estado do Amazonas juntos é 4,4 vezes menor que a da cidade capital;

> Manaus é considerada a sexta cidade mais rica do País, entretanto conta com uma riqueza altamente concentrada.

Nossa capital ostenta um número admirável do ponto de vista econômico: entre 5.570 municípios do Brasil, Manaus é o sexto mais rico, ficando atrás de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e Belo Horizonte. Essa riqueza é medida em termos da produção de bens e serviços produzidos na cidade no período de um ano, o chamado PIB (Produto Interno Bruto) municipal. No ano de 2010, o valor do PIB de Manaus foi de R\$ 48,6 bilhões de reais. Para o leitor ter uma ideia do tamanho dessa riqueza, se Manaus fosse um Estado, seria o 16º mais rico do país. Se somarmos toda a riqueza produzida por Acre, Amapá, Roraima e Tocantins, ainda assim não alcança o valor do PIB de Manaus. Em termos per capita, Manaus ocupa o posto de sétima capital com o maior PIB per capita. Esses resultados nos fazem muito otimistas com relação ao futuro econômico de nossa capital. Mas como fica o Estado como um todo, isto é, como ficam os demais municípios do Amazo-

PIB per capita

O Produto Interno Bruto (PIB) é a produção de todos os bens e serviços produzidos numa economia no período de um ano. Quando o total dessa produção de bens é dividido pelos seus habitantes, tem-se o PIB per capita.

nas? Do ponto de vista social, da realidade dos cidadãos, como podemos traduzir esses números? O fato é que pouco se discute sobre a concentração dessa riqueza e da forma como a mesma é distribuída.

A SEXTA MAIS RICA

Conforme dados do IBGE para o ano de 2010, Manaus é a sexta cidade mais rica do país, com um PIB de R\$48,6 bilhões de reais. Em termos per capita, o PIB de Manaus é de R\$26.961, ocupando a sétima posição entre as capitais brasileiras. A capital do Espírito Santo, Vitória, ocupa o primeiro posto, com um



PIB per capita de R\$76.721.

Em seguida vem Brasília (R\$ 58,49 mil), depois São Paulo (R\$39,45 mil), Porto Alegre (R\$30,52 mil), Curitiba (R\$30,4 mil) e Rio de Janeiro (R\$30 mil). A média brasileira é de R\$19.766. Como sabemos, o desempenho de Manaus como produtora de riqueza está atrelada à sua indústria, que respondeu

por 36,7% do PIB. O setor de serviços, embora com percentual maior de participação no PIB (41,7%), apresentou uma queda de 3 pontos percentuais em relação a 2009. Apesar dos bons resultados, infelizmente a riqueza se concentra nas capitais, como ocorre na maioria dos estados brasileiros, mas nada tão aberrante quanto Manaus.

ELEVADA CONCENTRAÇÃO

Esse quadro de concentração produtiva no Brasil perdura há séculos. No período de 1970-1985, a desigualdade entre regiões e estados apresentou leve diminuição. Após esse período, as oscilações de concentração passaram a apresentar um padrão que não permite definir uma tendência de aumento ou de redução de riqueza. No Amazonas a concentração é espantosa! A soma do PIB de todos os municípios do Amazonas, exceto Manaus, corresponde a apenas 23% do PIB de Manaus. Comparando com o Estado de São Paulo, por exemplo, a soma do PIB de todos os municípios é quase duas vezes maior que o PIB da capital, que responde por 35,6% da riqueza daquele Estado. No Amazonas ocorre o inverso. Manaus, sozinha, responde por 81,3% de toda a riqueza produzida no Estado. Seu PIB é 4,4 vezes maior que a riqueza de todos os outros 61 municípios juntos.

NÃO IRRADIA RIQUEZA

Teoricamente, deveria haver efeitos irradiadores da riqueza

de Manaus no seu entorno de forma expressiva. Isto é, seguindo um princípio de força motriz de um polo de crescimento, os municípios mais próximos, como Careiro da Várzea, Manacapuru, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva e Itacoatiara deveriam estar entre os mais ricos e com um PIB pouco menor que o da capital. Não é o que acontece. No ranking do Amazonas, Coari é a segunda colocada, devido à exploração do gás natural, mas com um PIB 35 vezes menor que o de Manaus. Itacoatiara é a segunda, seguida por Parintins, Manacapuru e Presidente Figueiredo. Iranduba e Careiro, por exemplo, deveriam estar entre as primeiras, mas ocupam apenas a 9ª e 10ª posições, respectivamente. O PIB de Iranduba é 150 vezes menor que o de Manaus e o do Careiro da Várzea, 282 vezes. Com tamanha concentração de riqueza, a política para a interiorização do desenvolvimento precisa tomar outros rumos. Há soluções para isso, mas é preciso muitas mudanças estruturais.

Comércio tem que informar tributos em nota a partir de hoje

Medida é válida para todo o País para produtos e serviços

TEXTO Agência Brasil

FOTO Tânia Rego/ABr

BRASÍLIA

A partir de hoje, os estabelecimentos comerciais de todo o País são obrigados a discriminar na nota fiscal ou em local visível os impostos embutidos no preço de produtos e serviços. De acordo com a Lei 12.741, quando fizer uma compra, o consumidor tem de ser informado sobre o valor aproximado do total dos tributos federais, estaduais e municipais, cuja incidência influi na

formação dos respectivos preços de venda.

Embora a lei estabeleça para esta segunda-feira a data em que a exigência entra em vigor, muitas empresas alegam que falta ainda a regulamentação da lei e dizem que, por isso, não sabem como adequar seus sistemas informatizados às novas regras.

O presidente da Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas, Roque Pellizzaro Junior, foi enfático ao dizer que o setor não está preparado para as mudanças. "O Ministério da Justiça tem de regulamentar a

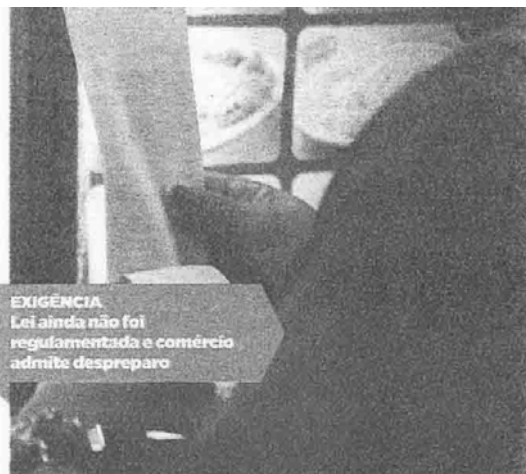
lei", disse.

O Ministério da Justiça não informou quando a regulamentação será publicada, mas o presidente da CNDL acredita que isso ocorra ainda esta semana.

OS NÚMEROS

1,56 milhão

de assinaturas foram coletadas pela campanha 'De Olho no Imposto', da Associação Comercial de São Paulo. A lei 12.741/12 é fruto desta iniciativa.



EXIGÊNCIA
Lei ainda não foi regulamentada e comércio admite despreparo

O consumidor tem que ser informado sobre o valor aproximado do total dos tributos federais, estaduais e municipais, a partir de hoje

AVISO DE LICITAÇÃO



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

GOVERNO FEDERAL



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA